

## **Produtos literários como estratégias para a construção de umha idéia de identidade brasileira. 1984, ano de expectativa(s)<sup>1</sup>**

*M. Carmen Villarino Pardo*

*Grupo Galabra-Univ. de Santiago de Compostela*

Durante o período da ditadura brasileira de 1964 a ‘diferença nacional’ foi praticamente silenciada por parte de determinados agentes do poder, de modo que, com a mudança política que significa a Abertura, alguns sectores sociais (sobretudo escritores e intelectuais) entenderom que era oportuno falar e discutir sobre a identidade<sup>2</sup>. Nom é, pois, por acaso, que em **1984**, o ano em que previsivelmente teriam de novo um governo civil no país (mas que ficou impossível depois do fracasso da campanha polas “diretas-já”), aparecessem vários livros que tratavam esse tema (Villarino Pardo, 2000). De modo evidente, *A República dos Sonhos* e *Viva o povo brasileiro* (mas também *Tocaia Grande*, de Jorge Amado), que “examinam a questão do que seria uma ‘alma nacional’” (Moniz, 1993: 144).

---

<sup>1</sup>Ao longo do texto, do mesmo modo que na apresentação durante o Congresso, utilizamos a variante galega (na normativa da Associação Galega da Língua-AGAL) para a escrita da língua comum galego-portuguesa.

<sup>2</sup> Vid. Eduardo Portella, “A diferença nacional”, *Jornal do Brasil*, 20/12/84.

Nélida Piñon e João Ubaldo Ribeiro, autores dos respectivos textos, passam a analisar, em textos de ficção, “as seqüelas da ditadura de vinte anos, principalmente em relação à identidade do país” (Moniz, 1993: 144).

A questão começou a interessar também a imprensa, que se preocupou por tratar estes temas nas páginas culturais de jornais e revistas, ao falar dos livros destes dois autores, e ao apresentar as tendências que mostrava o panorama literário brasileiro dessa altura<sup>3</sup>.

A perspectiva que mostra o livro de J.U. Ribeiro de 1984, *Viva o povo brasileiro*, está bastante ligada a uma visão tradicional, mas deixa também espaço para outros contributos populacionais que não ficam reduzidos no triângulo tradicional (índigena, negro e branco), entre os quais se insere o contributo nelidiano (o imigrante) com o seu último romance. Ambos os dois focalizam um assunto sugestivo como material repertorial, o da identidade no Brasil e a sua configuração, que foi pouco seleccionado nessa perspectiva entre os materiais do repertório usados pelos produtores literários brasileiros até esse momento, e que passa a ser priorizado na altura de 1984.

Este tema de cultura brasileira, também atraiu intelectuais como o escritor, ensaísta e ex-ministro da Educação, Eduardo Portella, quem, em Dezembro de 1984, observa (Portella, “A diferença nacional”, *Jornal do Brasil*, 20/12/84) que é um momento de especial destaque na história brasileira, porque:

Pela primeira vez deixamos de lado a ideia triunfalista da transformação plena, instruídos talvez por uma exaustão que se generalizou, e que está sendo construtivamente absorvida pela sociedade civil e por tantos seguimentos da representação intelectual, laboral e política. A crença inabalável na saída perfeita e acabada, que por tempo indeterminado nos acalentou, não passava de uma sobrevivência dogmática, ideologicamente instigada. Por detrás dessa crença se encontrava solidamente instalado o imperativo da ‘identidade nacional’. Do ISEB ao neo (ou paleo?) populismo a noção unilateral de identidade impera como que inabalável.

É talvez o momento de compreender, para determinados agentes do sistema, as diferenças no interior do jogo cultural, ou do acordo político, e essa percepção “abre passagem para o advento do **outro**, para o reconhecimento do **não-idêntico**, sem o qual o idêntico pereceria. Sem o qual toda a pressão simbólica permaneceria interdita” (Portella, *Jornal do Brasil*, 20/12/84). Parece ser a oportunidade de abandonar completamente alguns dogmatismos e mitos (difundidos durante a ditadura) como o de

umha identidade em que nom é possível perceber diferenças, por isso *Viva o povo brasileiro* (João Ubaldo Ribeiro), *A República dos Sonhos* (Nélida Piñon) e também *A condolência* (Márcio Souza), aparecem, em palavras do ensaísta Eduardo Portella, como “desmitificadoras da identidade dogmática e promotoras da diferença confluyente. Agora sim, constitutiva da identidade, enquanto processo dinâmico, necessariamente aberto”<sup>4</sup>.

## 2. *Viva o povo brasileiro* e *A República dos Sonhos*: propostas ficcionais para um ano de expectativas sócio-políticas.

A nova obra de J. Ubaldo Ribeiro, apresentada na editora Nova Fronteira como “**a saga de um povo em busca de sua afirmação**”, conseguiu o Prêmio Jabuti 1985 e o Prêmio Golfinho de Ouro 1985. Com umha sugestiva capa de Victor Burton a editora carioca tratou de explicar na “Nota” que aparece nas orelhas do livro<sup>5</sup> que

Este extraordinário romance, seguramente destinado a deixar sua marca em nossa literatura, é antes a história -história exuberante, encantada, cheia de vida- de uma busca de identidade, a identidade que talvez até hoje ainda escape, em sua inteireza, à consciência do povo brasileiro, tão agredido em suas raízes culturais. É também, de certa forma, uma história do surgimento dessa consciência e de sua luta por afirmação.

Numha narrativa que decorre ao longo de três séculos, a história do povo do Recôncavo baiano pode ser entendida como metáfora do povo brasileiro em geral, oferecendo, em opiniom da ensaísta N. Hoki Moniz (Moniz, 1993: 144), “um ângulo tradicional da formação cultural do povo brasileiro, o lusotropicalismo, baseada nas três raças: branca, indígena e negra”.

Já no caso da obra de Nélida Piñon, o elemento que se destaca é diferente: o imigrante, esse sector da população brasileira incorporado recentemente de forma maciça (a partir de finais do século XIX e especialmente nas primeiras décadas do novo

---

<sup>3</sup>Cfr., como exemplo, “Livros. Sagas que contam História e estórias do povo brasileiro”, *Jornal da Bahia*, 3/5/85.

<sup>4</sup> *Jornal do Brasil*, 20/12/84. E acrescenta: “O que ameaça a identidade é o simulacro, e nunca a alteridade. A diferença, que a pós-modernidade se esforça por subjugar, assegura e instaura a convivência, garante e fortalece a complexidade. A democracia brasileira que se anuncia somente avançará se nela se fizer representar, consistentemente, a diferença nacional: cultural e política”.

A referência que ele fai ao romance de Márcio Souza é pouco compreensível, pois, apesar de ser também um romance de 1984, trata mais de umha conspiração política (que decorre entre o Rio de Janeiro e São Paulo e que pom em perigo a ‘frágil redemocratização do país’) do que o assunto focado polos outros dous romances mencionados.

século) e que, de modo geral, nom era tido em consideraçom na *árvore genealógica* da identidade brasileira. Nom é comparável com o resgate dessa outra imagem do índio na história brasileira que fijo Oswald de Andrade<sup>6</sup>, mas tem algum tipo de paralelismo na tentativa de tirar da obscuridade um *ingrediente* da identidade brasileira e através dele outros muitos aspectos silenciados pola *história oficial*.

Também em *A República dos Sonhos* a faixa temporal considerada é ampla, centrando-se nos anos que decorrem entre 1913 e os inícios da década de 1980. Uns oitenta anos da história recente do Brasil que tenham também presentes a história galega e em geral a espanhola, através de umha família de imigrantes galegos.

Através da história dessa família de imigrantes a autora responde de umha certa forma a um tipo de nacionalismo estreito, que promove o retrato unívoco da nação, resumido nas imagens ufanistas tipo “Brasil grande” ou pitoresco tipo “samba, futebol e candomblé” ou reportagens-documentos da miséria brasileira alegorizada nas histórias de marginais ou menores abandonados. “Piñon aponta para a impossibilidade de se realizar uma visão total e abrangente e mostra o caráter fragmentário da nacionalidade brasileira” (Moniz, 1993: 144).

O imigrante constitui uma minoria social que se liga a outras minorias presentes no romance nelidiano: oprimidas por questons políticas, culturais, históricas e que servem à autora, em palavras de Hoki Moniz (Moniz, 1993: 163),

para criticar sociedades que cerceiam a pluralidade cultural e impõem modelos oficiais do que seria o ‘caráter’, a ‘alma’ nacionais. Portanto, a sua ‘república dos sonhos’ é uma utopia em processo de formação e urge examinar o passado e questionar-se o modelo do país ideologizado que nos foi transmitido através dos mitos consagrados da cordialidade e da exaltada harmonia racial brasileira.

E aí está um dos materiais destacados do repertório escolhido por Nélida Piñon no seu décimo livro. Um elemento priorizado no sistema literário brasileiro na altura de 1984, como podemos observar ao analisar alguns dos produtos publicados nesse ano; e mesmo também entre os traduzidos, pois o romance do peruano Mario Vargas Llosa, *A história de Mayta* recebeu o prémio da APCA de Tradução-1984 -da responsabilidade de Remy Gorga Filho-, no mesmo ano em que *A República dos Sonhos* ganhou o

---

<sup>5</sup> J. Ubaldo Ribeiro (1984), *Viva o povo brasileiro*, RJ, Nova Fronteira, 1995<sup>14</sup>. No caso do texto de Nélida Piñon, a edição utilizada é *A República dos Sonhos*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1984.

<sup>6</sup> “A tarefa da metáfora antropofágica é a de procurar indicar a necessidade de se restabelecerem vínculos. Dar vez e voz a uma faixa da cultura brasileira, silenciada historicamente e sublimada pelo indianismo ‘bom selvagem’ dos nossos românticos” (Helena, 1985: 162).

mesmo prêmio no apartado de ‘Ficção’. De modo que um elemento de institucionalização como som os prêmios literários, e neste caso, um prêmio prestigiado por ser da Associação Paulista de Críticos de Arte, contribui para privilegiar e, em parte também canonizar, determinadas escolhas repertoriais (entre elas a forma romance e o tratamento literário da identidade cultural brasileira).

O crítico Silviano Santiago, ao estudar a presença, em geral, dos grupos minoritários no espaço social (muito presentes, como vemos, no romance nelidiano), indica o difícil que é explicar como surge a questão das minorias sociais (no Brasil e noutros países) e comenta que o tema está muito ligado com a questão do autoritarismo (qualquer tipo de autoritarismo). E, de facto, ele entende (Santiago, 1986: 52) que

a questão das minorias é o reverso da medalha do autoritarismo. De um lado, basicamente, a questão do índio e do escravo negro na civilização ocidental, bem como a mulher na sociedade machista; do outro, a questão dos homossexuais, dos loucos e dos ecólogos, e de todo e qualquer outro grupo que se sinta agredido ou reprimido nas suas aspirações de justiça econômica, social ou política.

E os imigrantes, por que nome os inclui? Fala do *outro* mais marcado no Brasil (o índio e o preto) e, depois, do *outro* num sentido mais amplo. É habitual esse esquecimento, essa falta de referência para um sector da população brasileira que se instala no país a partir das últimas décadas do século passado? Como sabemos, na literatura a sua presença é bastante pouco significativa (e esparsa), e nos estudos antropológicos e sociológicos é que poderia ter um espaço mais destacado. Porém, nem aí são frequentes os trabalhos sobre este tema; encontramos mais análises de presenças concretas de um ou outro tipo de imigrante numa região do país<sup>7</sup> do que estudos de

---

<sup>7</sup> Vid. Aguiar, Cláudio (1991), *Os espanhóis no Brasil*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Bacelar, Jeferson (1994), *Galegos no paraíso racial*, Bahia, Ianamá; Bastani, Tanus J., *O Líbano e os Libaneses no Brasil* (1943), Rio de Janeiro; Cenni, Franco, *Italianos no Brasil*, São Paulo, Livraria Martins-EDUSP, 1975<sup>2</sup>; Costa, Rovílio (1976), *Antropologia visual da imigração italiana*, Caxias do Sul, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Caxias do Sul, Ed. Universidade; De Boni, L.A. & Costa, R. (1982), *Os italianos no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Saito, M. & Mayeama, T. (orgs.) (1973), *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil* (1973), Petrópolis, Ed. Vozes/ São Paulo, EDUSP; Lima, Maria Helena B. de, *A missão herdada: um estudo sobre a inserção do imigrante português* (1973), Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional; Pereira, João Batista B. (1974), *Italianos no mundo rural paulista*, São Paulo, Ed. Pioneira-EDUSP; Roche, Jean, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* (1962), 2 vols., Porto Alegre, Ed. Globo; Wachowicz, R.C. (1981), *O camponês polonês no Brasil*, Curitiba, Casa Romário Martins-Fundação Cultural de Curitiba; etc.

“Existem muitos estudos sobre a imigração alemã, italiana e japonesa, por exemplo, enquanto que outros grupos mereceram menos atenção dos pesquisadores, como é o caso dos sírios, libaneses, poloneses, judeus, portugueses, etc.” (Syferth, 1990: 8). Para M. Diégues Júnior, a escassez de estudos

conjunto<sup>8</sup> e, sobretudo, do papel que jogam na constituição recente do país<sup>9</sup>. Talvez a questão esteja em que o papel que atribuem em geral aos imigrantes na construção da nação seja mínimo, e que pensem que o Brasil de finais do século XIX e inícios do XX já estava completamente construído e que eles só vieram para prosperar pessoalmente, ao tempo que o país se modernizava.

Essa parece ser, de facto, a perspectiva que oferece Darcy Ribeiro no seu livro *O Povo Brasileiro* (1995). O conhecido antropólogo mineiro fala da importância numérica que os imigrantes tiveram nas regiões brasileiras do sul, mas indica (Ribeiro, 1996<sup>2</sup>: 242-243) que “conquanto relevante na constituição racial e cultural dessas áreas, não teve maior relevância na fixação das características da população brasileira e da sua cultura”.

Essa posição (apesar de ligeiramente matizada no caso dos estados sulinos do país, onde a presença imigrante europeia é mais evidente) é bastante discutível para aqueles estudiosos do processo migratório no Brasil, como acontece com a historiadora Giralda Seyferth. Para esta, existiu uma “contaminação” mútua entre brasileiros e imigrantes, de que se enriqueceram ambos os grupos. Opina Seyferth (1990: 97) que há um facto concreto que não se deve esquecer: “a imigração que se iniciou no século XIX, transformou uma parte do Brasil, um país cuja formação se assentava sobre a presença do colonizador lusitano, do escravo negro e do índio”. Esta perspectiva aproxima-se bastante daquela que deriva do romance de N. Piñon (Heloísa A. Oliveira, *Estado de Minas*, 29/11/84).

## 2.1. ‘Romance(s) de fundação’ ou, de novo, o questionamento da identidade.

---

sobre o imigrante português e o espanhol explica-se pela proximidade com ‘o brasileiro’: “portuguesa é a nossa formação, portuguesas os valores culturais básicos que se impregnaram no brasileiro; português ainda o lastro, o espírito, o sentido de nossa cultura. Seria estudar-nos a nós mesmos; o que não implica em esconder a necessidade desse estudo, ou seja, das características portuguesas de nossa formação. Quanto ao espanhol, é evidente que a semelhança com nossa cultura básica -a portuguesa- dispensa igualmente estudos mais aprofundados (...)” (Diegues, 1972<sup>4</sup>: 165).

<sup>8</sup> Vid. Diegues Jr., Manuel (1964), *Imigração, urbanização, industrialização*, Rio de Janeiro, CBPE, INEP, MEC; Diegues Jr., Manuel, *Etnias e culturas no Brasil*, Rio de Janeiro, Paralelo-INL, 1972<sup>4</sup>; Martins, J. de Souza (1973), *A imigração e a crise do Brasil agrário*, São Paulo, Ed. Pioneira; Petrone, Maria Theresa S., *O imigrante e a pequena propriedade* (1982), São Paulo, Ed. Brasiliense; Seyferth, Giralda (1990), *Imigração e Cultura no Brasil*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília; etc.

<sup>9</sup> “Só de certo tempo a esta data se têm desenvolvido os estudos sobre os grupos estrangeiros no Brasil e, em particular, sobre as relações de cultura verificadas entre eles e as populações brasileiras de base portuguesa. Pode assinalar-se a década de 1931-40 como o período em que começaram tais estudos a preocupar nossos sociólogos, nossos etnólogos (...)” (Diegues Júnior, 1972<sup>4</sup>: 159).

Nessa perspectiva podemos entender *A República dos Sonhos* como um ‘romance de fundação’ ou de (re-)fundação de modo parecido a como alguns críticos (vid. Helena, 1985) colocam essa etiqueta para *Viva o Povo Brasileiro*. Se considerarmos que os imigrantes contribuíram, em períodos recentes, para a construção do Brasil talvez seja possível; mas se em ‘fundação’ pensamos nos momentos iniciais em que surgiu umha sociedade ou um povo chamados brasileiros será mais difícil. Temos em conta, é evidente, que no processo de constituição e construção da História do Brasil e também da História da Literatura Brasileira se insiste em diversos momentos -nomeadamente nos períodos que conhecemos em termos de periodologia literária como Romantismo, Modernismo, e, doutra óptica, no fim da ditadura iniciada em 1964- nesta ideia fundacional ao tempo que se questiona a própria ideia de identidade e de construção da mesma, tanto a nível histórico-social como cultural e literário. Essa visom é utilizada por críticos e nalgum caso por produtores literários como reclames ‘épicos’, ‘nacionais’ que ajudam a assentar umha ideia (determinada) de nação (em termos populacionais e históricos) para o qual também contribuem determinados produtos literários.

Se esse painel amplo da imigração é o objecto de estudos e mesmo ocupa algumas páginas de textos literários de maneira nom especialmente simbólica (isto é, é retratado o imigrante italiano ou alemão, com as suas especificidades, mas sem procurar detrás disso um contributo que vá além, e que se remonte às origens de algo tam marcante para umha cultura como é a sua língua), o papel que a escritora Nélida Piñon reserva para os imigrantes galegos nos seus textos é de outro tipo. Precisamente ela nom quer diluir o contributo ibérico entre outros de origem diferente, chamando especialmente a atenção para as marcas que a cultura galego-portuguesa (e mesmo espanhola) deixaram no *magma* cultural e humano brasileiro, e servindo-se desse material repertorial para construir o seu décimo livro.

A autora carioca, que considerava a situação do Brasil como “delicada”, mui vulnerável “em termos de colonização cultural”, como declarou à jornalista Lêda Rivas (“Nélida Piñon no Recife”, *Diário de Pernambuco*, 12/10/84), pretendeu converter o seu livro numha visom ficcionalizada da história do país (Paulo França, “A doce canção do sucesso”, *Tribuna da Imprensa*. Tribuna Bis, 5/6/95), sendo nós conscientes de nom podermos ‘embarcar nas palavras da autora’:

Olha, o ‘República...’ é uma reflexão profunda do país ao longo dos séculos. É quase uma suma teológica, o chamado romance total, que foge do enredo e conta a história de um país. Há nele um sentimento de genealogia.

Para ela, o escritor “empresta a sua voz para que a comunidade fale por ele”, é ele que tem o dever de mostrar aos outros como é a vida que eles vivem sem se aperceberem das circunstâncias que os rodeiam. É a ideia romântica do escritor. Neste caso, ela sente-se com o dever de transmitir, como narradora, um património de que se mostra como herdeira e transmissora; umha ‘desvendadora de arcanos’<sup>10</sup>.

Ao escolher como elemento destacado do repertório a imigração e, mais concretamente, a imigração galega, sabemos que Nélida Piñon mostra a imigração maciça de finais do século XIX e inícios do XX como um dos *tijolos da casa cultural brasileira*, e, ao fazê-lo, está a singularizar a sua posição nos campos literário e cultural do seu país, porque essa perspectiva resultava nova e diferente. A autora carioca, com *A República dos Sonhos*, passou a ocupar posições mais centrais e heterónomas no campo literário brasileiro; e tanto o romance dela quanto o de Ribeiro apareceram nos primeiros postos na lista dos mais vendidos em diversos suplementos literários de jornais e revistas especializadas.

Difícil delimitar essa categoria de que falamos: que entender por “*romance de fundação*”? Para uns é umha etiqueta ampla que se pode atribuir, como fai o crítico Antônio P. Graça (*Jornal do Brasil*. Idéias, 30/5/87), a umha tendência do romance (neste caso brasileiro) que “se impõe a tarefa de investigar ou fundar a nacionalidade”. Aí entrariam (*ibidem*), “de uma ou outra forma Antônio Callado, Rubem Fonseca, João Ubaldo Ribeiro, Márcio Souza, Sérgio Sant’Anna, Nélida Piñon, Silviano Santiago, Darcy Ribeiro, Paulo de Carvalho-Neto, entre outros”.

Em certo sentido tem razom, porque uns e outros autores oferecem exemplos em que a ficção focaliza (trabalha com alguns desses materiais do repertório) vários

---

<sup>10</sup> Ao aproximar-nos destes temas percebemos a falta de umha tradição historiográfica (já nom literária, mas propriamente histórica) sobre a imigração europeia para a América, nomeadamente no caso da italiana e da espanhola (o desinteresse mostra-se ainda maior no âmbito espanhol). Esse vazio e mesmo desinteresse polo tema mudou nas últimas duas décadas em que os estudos, publicações e reuniões académicas proliferaram a ambos os lados do Atlântico. O historiador argentino Fernando J. Devoto chama a atenção sobre esta ‘repentina’ curiosidade e comenta as novidades que, a partir dos anos sessenta, experimentou a historiografia em determinados países latinoamericanos (Argentina e Uruguai, por exemplo); e, no geral, na mesma perspectiva que ofereciam alguns estudos europeus dessa altura, o imigrante aparecia como desculpa (Devoto, 1992: 22-23): “el tema migratorio era una excusa o un camino para otros temas más generales y que se suponían más pertinentes para la historia de la evolución social de las respectivas comunidades”.



aspectos dessa realidade complexa chamada Brasil, que muitos agentes dos campos literário e cultural se perguntam ainda como é. Quer tratando o (violento) mundo urbano (Rubem Fonseca), quer falando do índio (Darcy Ribeiro), quer oferecendo umha visom da Amazônia e do Acre (A. Callado e M. Souza), quer contando a história de imigrantes europeus (galegos, neste caso) que chegam ao Brasil (Nélida Piñon)...; enfim, contando estórias particulares, por vezes, que servem para falar do conjunto do país. Esses e outros “brasis ficcionais” (o de Carvalho-Neto, Renato Pompeu, João Silvério Trevisan, Roberto Bitencourt Martins e algum outro<sup>11</sup>) seriam claros exemplos para este professor da Universidade do Amazonas de que (A. Graça, *ibidem*):

sob o solo da nação oficial, nos interstícios do que chamamos realidade, uma outra realidade se desdobra. Uma pátria construída de sonhos, mitos e paixão. Uma irmã dessemelhante, uma imagem que não reproduz o original, mas que se distorce, que o reconstrói, que se vinga da nação real, injetando-lhe vida ao sugar-lhe o sangue.

Assim, a análise dos produtos literários no Brasil dos primeiros anos 70 coloca em evidência o facto de que há umha série de tendências (basicamente referidas ao repertório) que, de algum modo, se mantêm na década de 1980 (em relação com os anos anteriores), mas que mudam ligeiramente (em parte porque as próprias circunstâncias do espaço social e do campo literário brasileiros também mudárom). Romances-reportagem que parecem ceder o seu espaço aos romances policiais<sup>12</sup> som amostras visíveis dessa mudança na escolha dos materiais priorizados do repertório.

Como explica F. Sússekind (1986: 89),

não é só via romance policial que se retoma a ligação com a tradição literária brasileira recente. João Ubaldo e Jorge Amado, com o modelo do romaneção, reforçando os laços entre a prosa literária e a *mimesis* da História (mesmo que a não oficial, ‘popular’), agradam a livreiros (‘livros grossos/alto preço de capa’), à crítica jornalística (sempre apaixonada pelo romance-‘expressão de um povo’) e ao público, que recupera assim identidades étnico-nacionais, sob ameaça de dissolução na prosa ensaístico-ficcional, na metamídia recente.

De novo, esta investigadora coloca em evidência alguns aspectos que definem bem a vida literária brasileira nos inícios da década de 1980. Explicita umha série de materiais e regras que combinam alguns romances (nom por acaso, **ambos de 1984**) em

---

<sup>11</sup> Entre os quais talvez podamos também incluir os nomes de Josué Guimarães, Moacyr Scliar, L.A. de Assis Brasil, Sinval Medina, Tabajara Ruas...

que a vertente histórica está presente<sup>13</sup>. Escolhas repertoriais que chamam a atenção num sistema literário dominado nessa altura por romances que escolhem antes o fragmentarismo do que a tentativa de totalidade, a brevidade do que a extensom, o quotidiano do que os fios da História anterior... e que, no entanto, parecem ser do gosto do público e de alguns sectores da crítica<sup>14</sup>. *Viva o povo brasileiro* e *Tocaia Grande* som as obras focalizadas por Flora Süssekind, ambas alvo das suas observaçõs e dos vários ensaios que surgiram nesses primeiros anos da nova década<sup>15</sup>. Quando ela trabalha com esse tipo de obras, nunca menciona outra que compartilha com estas vários dos traços nelas reconhecidos: *A República dos Sonhos*. Nom o fiço no artigo de 1986 a que nos referimos, mas já a silenciou no seu livro de 1985 quando fai referência a umha série de transformaçõs que sofreu a crítica brasileira na virada da década de 1970 para a seguinte, e explica (Süssekind, 1985: 90-91):

Transformação crítica capaz, por exemplo, de impedi-lo {o leitor} de engolir por ‘obra-prima’ o surto de ‘romances de fundação’ que domina, como uma espécie de fundamento ideológico-literário para a noção mesma de ‘nova república’, as listas de *best-sellers* nacionais no 1º semestre de 1985. E no qual se incluíam tanto a utopia comunitária construída por Jorge Amado em *Tocaia Grande* quanto a definição étnica de uma ‘alminha’ nacional realizada por João Ubaldo Ribeiro em *Viva o povo brasileiro*. Mudança do leitor no sentido de uma percepção menos de compadre ou de consumidor para a qual pode contribuir a atual voga ensaística.

Também *A República dos Sonhos* poderia ser um exemplo dessa transformação que ela quer ver (Süssekind, 1986: 82) entre o *eu* privilegiado em determinadas tendências da prosa de 1970 e o tom épico, a história de clam<sup>16</sup> que encontramos nestes

---

<sup>12</sup>Também com sucesso em termos de mercado, como o mostram as dez ediçõs, em cinco meses, de *Bufo & Spallanzani* (1985), de Rubem Fonseca.

<sup>13</sup>Seleçõs que nom resultam estranhas também noutros momentos das dinâmicas sistémicas, como pode ser o caso do sistema literário português no pós-25 de abril.

<sup>14</sup> Entre as discrepâncias, escolhemos as palavras do escritor Tabajara Ruas, autor de *Os varões assinalados* (1985, um livro de sucesso editorial) (in Fernando A.G. da Silva, “Tabajara Ruas: ‘Está faltando grandeza à literatura brasileira’”, *Leia Livros*, Janeiro, 1986), para quem “um romance tem que desencadear coisas, tem que desencadear uma coisa que está faltando na literatura brasileira: o sentimento de grandeza. A maioria dos escritores brasileiros, hoje, escreve sobre as fraturas do próprio ego. Não que a nossa produção não seja de alto nível. Temos grandes escritores: Nélide Piñon, João Ubaldo Ribeiro, o Loyola Brandão, o Josué Guimarães. Todos produzindo grande literatura em pólos diferentes: Rio, São Paulo, Minas e Rio Grande, que é um estado de romancistas por natureza”.

<sup>15</sup> Ela mesmo chega a falar (Süssekind, 1985: 90) de “uma incrível voga ensaística”, “um pouco como se a distensão política mesclada ao crescimento da indústria editorial, tivesse servido de impulso ao desenvolvimento dos textos de opinião e à entrada no mercado de uma geração de críticos formada exatamente nos anos de maior repressão política”.

<sup>16</sup> “A obsessão pela origem o que traz consigo? Possíveis romances familiares. Alguns imensos, em vários tomos. Árvores, genealogias insaciáveis, com raízes firmes e em contínua, vertiginosa, multiplicação de ramos exemplares. Alguns menores, passíveis de cortes abruptos, fins de linha ou linhas

outros textos de meados dos anos oitenta. Por que *Tocaia Grande* e *Viva o Povo Brasileiro* sim podem marcar essa mudança e *RS* nom? Difícil de explicar, especialmente se se empregam os critérios expostos pola prestigiada investigadora, e, claro, sem embarcar nas palavras de N. Piñon, para quem (Paulo Francis, “A doce canção do sucesso”, *Tribuna da Imprensa*. *Tribuna Bis*, 5/6/95) *A República dos Sonhos*, como *Cem anos de solidão*, “são livros que abordam um país, um continente. Eles têm visão da fundação de uma nação”.<sup>17</sup>

Podemos entender que *Viva o Povo Brasileiro* seja incluído entre os ‘romances de fundação’ por boa parte daqueles que analisam esta questom na literatura brasileira<sup>18</sup> pola combinaçom que oferece ao leitor: o painel histórico de três séculos que apresenta (XVII, XIX e XX) e o tradicional ângulo de formaçom do povo brasileiro colocado nas mais de seiscentas páginas som alguns dos elementos considerados.

De entre esses pesquisadores está a professora da Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro) Lúcia Helena, que trabalha com essa vertente que considera fundamental na literatura latino-americana: a narrativa de fundação (Helena, 1989: 25);

ou seja, aquela que visa a implantar e problematizar a questão da identidade cultural do continente, tomando-a como uma das bases de tematização do trabalho literário dos escritores, que desta forma demonstram também se preocupar com uma reflexão intelectual sobre a configuração específica da cultura.

Lúcia Helena distingue, assim, umha categoria narrativa chamada “romance de fundação”, e concretiza-a, no caso brasileiro, em *Iracema* (1865) de José de Alencar, no *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade e em *Viva o Povo Brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro (Helena, 1989: 25):

Evidentemente, não por acaso estas obras coincidem epocalmente com momentos digamos delicados da constituição da nacionalidade e da estabilização das instituições no Brasil, e este é um índice do que para muitos já é sobejamente conhecido: o romance de fundação permite a seus leitores e críticos a demarcação, por sua natureza questionadora do estrato cultural e

---

duplas. Como as de um Hanno no livro familiar dos Buddenbrook, no romance de Thomas Mann. Também possíveis histórias de desenvolvimento individual, romances de aprendizado” (Süssekind, 1990: 11).

<sup>17</sup> Desses “perigos” adverte o crítico e historiador literário José Aderaldo Castello (*Jornal do Brasil*, 20/2/88,).

<sup>18</sup> Por exemplo, a professora Eneida Leal Cunha, quem, na sua Tese de Doutorado (1993), reflecte sobre esta questom da literatura e identidade no Brasil, e comenta que habitualmente se centra a atençom sobre os textos escritos entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do XX, mas que considera necessário incluir também o livro de João Ubaldo Ribeiro, *Viva o povo brasileiro*.

ideológico da nacionalidade, de características sociais até explícitas no projeto também estético de seus produtores.

Podemos concordar ou não com a visão desta professora carioca; mas parece claro que o conceito de ‘romance de fundação’ que ela utiliza é mais restrito do que habitualmente se costuma considerar<sup>19</sup>. De facto, trata-se de um tipo de narrativa que se considera habitualmente uma variante do romance histórico propriamente dito. E é conhecido que o final da década de 1970 (porque, nos anos anteriores, a ênfase na contemporaneidade impedira -em certo modo- a revitalização da ficção de tipo histórico) mostrou a força do romance histórico como material repertorial priorizado no sistema literário brasileiro, escolhido também com sucesso na década seguinte<sup>20</sup> (e mais ainda durante os anos noventa). E assim, esta nova ficção histórica, em opinião do professor Alcemeo Bastos (Bastos, 1993: 116),

podemos descrevê-la como integrada à tendência revisionista da história oficial, elegendo como protagonistas não mais as figuras tutelares que os manuais didáticos consagraram, mas outros nomes que ali ocupavam posição secundária (quando não eram simplesmente ignorados) ou que não se enquadravam em nenhum modelo de ‘herói’(...). Além do deslocamento de ênfase do heroísmo bélico para o civil, a ficção histórica do período não ‘congela’ o passado, não se contenta com a representação do seu exotismo, mas o coloca em relação com o presente, desfazendo mitos como o da colonização incruenta, o da democracia racial, etc., e abandonando o distanciamento temporal que marcara o romance histórico tradicional, romântico.

A observação do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro é importante, especialmente porque o referente de romance histórico brasileiro que habitualmente temos fica muito ligado ao Romantismo e a obras como as de José de Alencar. Falamos agora de uma nova prosa de ficção histórica em que incluímos, além do livro de Nélida Piñon e de João U. Ribeiro, obras como *O tetraneto del-rei* (1980), de Haroldo Maranhão ou as obras de Heloísa Maranhão -*Lucrecia* (1979), *Dona Leonor Teles* (1985) e *A Rainha de Navarra* (1986).

---

<sup>19</sup> Recentemente, Mariza Veloso e Angélica Madeira publicaram um livro (Veloso/Madeira, 1999) em que fazem um levantamento de muitos dos “textos fundadores” (p. 30) no sentido de que oferecem imagens ou retratos do Brasil, numa perspectiva mais ampla da utilizada pela professora Lúcia Helena, cujo projecto é muito mais concreto.

<sup>20</sup> “Sobretudo a partir do êxito de vendagem de *Viva o povo brasileiro* (1984) de João Ubaldo Ribeiro, e *Boca do Inferno* (1989) de Ana Miranda” (Bastos, 1993: 115-116). Cfr. Malard (1996: 143-150).

Afinal, usemos ou não essas ou outras etiquetas, o que se evidencia em 1984 e no ano seguinte é o sucesso de um tipo de escolhas repertoriais que condizem com o momento histórico que vive o espaço social brasileiro e que alimentam as expectativas postas no ano 1984; através da via da ficção de mão com a história, no fundo materiais a disposição dos produtores para a construção (a partir de uma de-construção) de uma ideia de identidade brasileira através deste tipo de produtos literários.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- Bastos, Alcmeno (1993), “A ficção brasileira contemporânea”, *Iberorromania* 38, 111-118.
- Cunha, Eneida Leal (1993), *Estampas do imaginário: literatura, cultura, história e identidade*, Tese de Doutorado, Faculdade de Letras, PUC-RJ, Rio de Janeiro
- Devoto, Fernando (1992), “Historiografía de las emigraciones españolas e italianas a Latinoamérica”, in Llordén Miñambres, Moisés (comp.), *Acerca de las migraciones centroeuropeas y mediterráneas a Iberoamérica*. Aspectos sociales y culturales, Oviedo, Universidad de Oviedo, 9-38.
- Diegues Júnior, Manuel (1972), *Etnias e Culturas no Brasil*, Rio de Janeiro, Paralelo-INL/MEC, 103-172.
- Helena, Lúcia (1983<sup>2</sup>), *Uma literatura antropofágica*, Fortaleza, Edições UFC.
- Malard, Leticia (1996), “Romance e história”, *Revista Brasileira de Literatura Comparada* 3, Abralic, 143-150.
- Moniz, Naomi Hoki (1993), *As viagens de Nélide, a escritora*, Campinas-SP, Edra. da Unicamp.
- Santiago, Silviano (1982), *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Seyferth, Giralda (1990), *Imigração e cultura no Brasil*, Brasília, Edra. da Universidade de Brasília.
- Süssekind, Flora (1985), *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Süssekind, Flora (1986), “Ficção 80: dobradiças & vitrines”, *Revista do Brasil* 5, ano 2, 82-89.
- Veloso, Mariza/Madeira, Angélica (1999), *Leituras Brasileiras. Itinerários no Pensamento Social e na Literatura*, São Paulo-Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Villarino Pardo, C. (2000), *Aproximação à obra de Nélide Piñon. A República dos Sonhos*. A trajetória de Nélide Piñon no sistema literário brasileiro, Tese de Doutorado em CD-Rom, Universidade de Santiago de Compostela.